




1
2
3
4
5
6

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO AMAZONAS - CERS, REALIZADA NO DIA 18 DE AGOSTO DE 2020.

7 Aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, foi realizada a
8 Segunda Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Resíduos Sólidos - CERS, na Sala
9 Online da Plataforma *Microsoft Teams*, quando foi discutida a seguinte pauta: 1.
10 Abertura da reunião pelo Presidente do CERS; 2. Leitura e aprovação da Ata da 1ª
11 Reunião Ordinária do CERS; 3. Recomendação MPF/MPE/MPC nº. 02/2020 e
12 Parecer Técnico IPAAM nº. 073/2020- GERM (em anexo); 4. Apresentação
13 EURECICLO: Minuta do Termo de Compromisso para logística reversa de
14 embalagens em geral no Amazonas; 5. Resíduos sólidos na tríplice fronteira
15 Brasil/Colômbia/Peru – Parecer Técnico IPAAM 33/2020/GERM (em anexo); 6.
16 Projeto de apoio à estruturação das associações de catadores do Amazonas
17 Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR); 7. O que
18 houver. **Estiveram presentes os seguintes membros:** Eduardo Costa Taveira
19 (Presidente do CERS), Christina Fischer (SEMA), Edson Pinheiro Gomes (IPAAM),
20 Edmar Lopes Magalhães (SEDECTI), Aldenira Rodrigues Queiroz (SEMMAS), Paulo
21 Ricardo Rocha Farias (SEMULSP), Rodrigo Couto (UFAM), Ronaldo Pimentel
22 Mannarino (UEA), Camila Martins Pires (CAAMA/ALEAM), Renée Fagundes Veiga
23 (FIEAM), Suelen Cardoso Ramos (MNCR) Samir Salles (CREA), Cyntia Costa de
24 Lima (OAB), Radyr Gomes de Oliveira Júnior (AAM), Robério Linhares Arruda
25 (SINDUSCON), Rubens Bentes da Silva (AENAMBAM). **Convidados, apoio e**
26 **ouvintes:** Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Ministério Público de Contas (MPC),
27 Leonardo de Faria Galiano, Ministério Público Federal (MPF), Jéssica Dounit
28 (EURECICLO), Vanderlei Niehues (ABREE), Mara Ballam (ABREE), Eisenhower
29 Pereira Campos (SEMULSP), Dinar Albernaz (SEMULSP), Jaqueline Gomes de
30 Araújo Lira (SEMA - Apoio Técnico do CERS), Daniele Mota (SEMA), Mozaniel



31 Barroso da Silva (SEMA), Glauce Maria Monteiro Tavares (SEMA), Tadeu Rocha da
32 Silva (SEMA), Jandinne Duarte de Oliveira (UEA), Sidney Freitas Fernandes (UEA),
33 Ricardo Lopes Garcia (CONVIDADO), Waldo Guimarães (CONVIDADO). **Instituição**
34 **ausente:** FECOMÉRCIO. O **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, deu
35 início a Segunda Reunião Ordinária do Comitê Estadual de Resíduos Sólidos – CERS, 
36 recebeu a todos com boas vindas, agradeceu o trabalho de toda secretaria executiva,
37 secretaria técnica, pelos resultados obtidos até o momento, destacou a importância
38 que o CERS vem conquistando. Comentou ainda que o comitê é parte integrante da
39 política de resíduos sólidos do estado das Amazonas e tem capacidade de mobilizar
40 instituições, com foco nas políticas públicas. Propôs uma metodologia para leitura da
41 ata, conforme é feita no CEMAAM, mencionando as linhas contidas por páginas e
42 encerrando cada página seguida da votação, a proposta foi aprovado pelos membros.
43 O **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, encerrou a leitura da ata, não
44 houve manifestações contrárias, apenas solicitação da **representante da OAB,**
45 **Cyntia Lima**, para ajuste do seu nome na página 19, após o atendimento foi aprovada
46 a ata da 1ª Reunião Ordinária do CERS. O **representante da UEA, Ronaldo**
47 **Mannarino**, parabenizou a ata da primeira reunião, por ter sido um relato quase que
48 fidedigno de tudo que foi dito, aproveitou a oportunidade da fala para questionar sobre
49 o processo de substituição do Secretário Executivo do CERS após pedido de
50 afastamento de suas atividades. O **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**,
51 citou que a substituição será realizada com orientação do Apoio Técnico do CERS,
52 Jaqueline Gomes de Araújo Lira, e posteriormente será comunicado com todos os
53 membros, sua fala foi reforçada pela **representante da SEMA, Christina Fischer**,
54 que ressaltou a articulação para que a substituição atenda aos requisitos regimentais.
55 O **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, recomendou uma leitura rápida
56 com foco na recomendação conjunta feita pelo Ministério Público Federal, Ministério
57 Público Estadual e Ministério Público de Contas, MPF/MPE/MPC nº 02/2020, ao



58 IPAAM, visto que os membros já estavam de posse do material antecipadamente.
59 Terminada a leitura, ressaltou a importância da leitura na íntegra do Parecer Técnico
60 do IPAAM n.073/2020 – GERM, por si tratar de um tema pertinente a vários membros
61 do CERS. Após a leitura foi colocada em votação para o encaminhamento da Nota
62 Técnica para avaliação da câmara técnica específica dentro do CERS e abriu para
63 discussão e reflexões referente à nota técnica do IPAAM. O **representante da**
64 **SEMULSP, Paulo Farias**, citou ter dúvida sobre o que de fato seria encaminhado à
65 câmara técnica, sobre o parecer técnico do IPAAM, visto que parece que ele
66 encaminha a proposição de um diagnóstico, que se trata de uma atividade muito
67 pesada pois envolve todo o Estado do Amazonas, isso demandaria recursos, tempo,
68 estrutura, equipes. Ressaltou que a câmara técnica é um pequeno grupo de pessoas
69 sem estrutura e que se for algo exclusivo de Manaus, as informações podem ser
70 disponibilizadas pela SEMULSP e pelos catadores, em seguida precisaria que alguma
71 instituição consolidasse as informações em um só documento. Porém, em se tratando
72 de Estado do Amazonas, não lhe ficou muito claro o que de fato será deliberado pela
73 câmara técnica. O **representante do Ministério Público Federal, Procurador da**
74 **República no Amazonas Leonardo de Faria Galiano**, disse estar satisfeito com a
75 constatação do funcionamento do CERS, o qual surgiu a partir de debates instaurados
76 no fórum amazonense de logística reversa. Citou que sobre o tema da recomendação
77 conjunta, foi realizada reunião com representantes dos três ministérios e do IPAAM,
78 ocorrida após emissão da nota técnica em tela para esclarecimento do objetivo da
79 recomendação. Ressaltou que há gravação e registro em ata os quais poderão ser
80 disponibilizados ao CERS para acompanhamento e conhecimento das questões e
81 eventuais contribuições com o Ministério Público. Destacou ainda que a
82 recomendação se trata de um ato preventivo e justificou que se não houver uma
83 Norma regulamentadora dessa questão, pode haver excessiva judicialização das
84 licenças ambientais e que a referida recomendação visa evitar o cenário de



85 insegurança jurídica e econômica para o estado. **O Presidente do CERS, Eduardo**
86 **Costa Taveira**, explicou em síntese o exemplo de São Paulo para implementação dos
87 acordos setoriais e que para o Amazonas teria que traçar um plano, organização dos
88 catadores e do mercado, conforme nota técnica do IPAAM o qual pede do CERS e da
89 câmara técnica específica o desenho de um horizonte para sua prática e reforça a
90 pontuação do **representante da SEMULSP, Paulo Farias**, sobre as diferentes
91 complexidades de Manaus e do estado do Amazonas em sua totalidade. **O**
92 **representante da Associação Brasileira de reciclagem de produtos domésticos**
93 **e eletrônicos (ABREE), senhor Vanderlei Niehues**, destacou serem a maior
94 entidade de representação dos fabricantes nacionais inclusive dos que estão em
95 Manaus, sugeriu receber os materiais da pauta para uma análise mais detalhada.
96 Citou que já operam em São Paulo, com metas já cumpridas, observaram durante o
97 processo de implementação da logística reversa um problema de isonomia, pois a lei
98 do Estado de São Paulo vinculou a licença de operação à logística reversa, isso
99 ocasionou um problema de isonomia, pois apesar da responsabilidade ser
100 compartilhada acaba criando essa vinculação somente para um dos entes desta
101 cadeia que é o fabricante. O tema vem sendo debatido em São Paulo como uma
102 oportunidade de melhoria para o estado a fim de garantir a isonomia e não vinculação
103 da licença de operação, mas a adequação da licença de funcionamento para os outros
104 entes responsáveis conforme determina a lei federal. Ressaltou que as dificuldades
105 do sistema para atingir as metas se dão pela ausência dos demais atores desse
106 processo que poderiam ser mais efetivos e ter resultados significativos se
107 participassem com a mesma efetividade que os fabricantes o fazem. Destacou a
108 importância de se ter um instrumento legal, que garanta a isonomia de todos os atores.
109 **O Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, explicou sobre a composição e
110 atuação do CERS e das câmaras técnicas, bem como as regras do Regimento sobre
111 a participação dos convidados, e que após encaminhado a pauta para a câmara



112 técnica pode-se sugerir a avaliação para participação de convidados presentes nesta
113 reunião para contribuir nas deliberações. O **representante da SEMULSP, Paulo**
114 **Farias**, disse que a SEMULSP tem tido bastante contato com o Ministério do Meio
115 Ambiente e com a Eletros, e que diariamente é retirado grande quantidade e variedade
116 de resíduos eletrônicos dos igarapés, divulgou a modalidade da Coleta Agendada de
117 Grandes Objetos e destacou que os materiais coletados são ofertados aos catadores,
118 que na medida da sua disponibilidade técnica e operacional reaproveitam aquilo o que
119 é possível, o que não é aproveitado é levado pela prefeitura para descarte. Ressaltou
120 que já existe um banco de dados desta modalidade de coleta e que precisa do apoio
121 da Eletros e indústrias, para capacitar os catadores para maior aproveitamento dos
122 materiais recebidos. Mencionou que os galpões dos catadores de Manaus se
123 adequam ao que no acordo setorial se chama ponto de concentração, citou ainda que
124 não há nenhuma iniciativa para que o consumidor seja estimulado a devolver o seu
125 resíduo pós-consumo da mesma forma que o é a comprar. Destacou que o Amazonas
126 quer dar dinâmica ao sistema e Manaus já tem à disposição a estrutura e operações
127 para dar sequência a esse trabalho. O **representante da UEA, Ronaldo Mannarino**,
128 comentou sobre um estudo que vem sendo realizado pelos alunos da UEA, que trata
129 das peculiaridades do Amazonas e o processo de logística reversa, citou que até na
130 capital há vários desafios e acatou a fala do Sr. Vanderlei Niehues da ABREE, sobre
131 o papel dos supermercados, e que não sabe até que ponto negar a licença de
132 operação ao fabricante vai fazer com que um supermercado se engaje no processo
133 de logística reversa e que os desafios se estendem ao público em geral, reforçou que
134 o tema deve passar pelo crivo de uma câmara técnica para realização de um
135 planejamento estruturado com envolvimento de todos os seguimentos, reforçar o
136 trabalho de conscientização e convidar outras entidades que contribuam tecnicamente
137 visto que o IPAAM possui prazo razoável para esta questão que é agosto de 2021. O
138 **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, agradeceu a fala do Dr. Mannarino,



139 afirmou a importância de separar as demandas, questionou se sua colocação é de
140 separar as duas coisas, o IPAAM responda às suas demandas diretamente ao
141 Ministério Público e a Câmara técnica analisa tecnicamente as possibilidades de
142 implementação da logística reversa no âmbito do Amazonas? Em resposta o
143 **representante da UEA, Ronaldo Mannarino**, afirmou ter sido essa sua contribuição.
144 **A representante da FIEAM, Renée Veiga**, disse que a fala do Ronaldo Mannarino foi
145 perfeita e completamente alinhada com a Legislação Federal, estadual e municipal
146 que tratam de resíduos. Disse que o licenciamento da maneira como está prescrito na
147 recomendação dos MPs acaba atrelando única e exclusivamente à indústria e nem a
148 todas, pois existe uma repartição de competências instituída pela Lei Complementar
149 n.º140, onde alguns entes são licenciados pelo município e acredita que essa
150 recomendação não tenha sido encaminhada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente
151 SEMMAS que inclusive é o único do município Conselho Municipal de
152 Desenvolvimento e Meio Ambiente (COMDEMA) ativo. Reforçou que os
153 supermercados não têm renovação de licença de operação, isso compromete a
154 comprovação e os mesmos sempre sinalizaram à indústria a disposição em participar
155 do processo. Reforçou a fala do **Presidente do CERS, Eduardo Taveira**, quanto a
156 nota técnica do IPAAM e sobre a necessidade de um ser realizado um estudo
157 detalhado do tema em tela, em seguida citou o exemplo de São Paulo quanto a
158 implementação da logística reversa e por ter sido o primeiro a incluir essa questão no
159 licenciamento ambiental, após vasto estudo, isso em conformidade com a própria
160 Legislação Federal que determina a existência do estudo de viabilidade técnica e
161 econômica para as tratativas de logística reversa. Destacou a probabilidade de fechar
162 essa solução visto ser de interesse comum, principalmente da indústria, entretanto se
163 esse processo for feito de maneira atropelada poderá impedir que isso realmente se
164 consolide no nosso ordenamento jurídico do Estado do Amazonas, afinal de contas
165 temos uma lei de licenciamento que pode ser alterada no futuro próximo. Afirmou que



166 o Termo de Compromisso para Logística Reversa de Embalagens em Geral está
167 praticamente finalizado. Mas que envolve até o momento apenas os entes que
168 precisam comprovar a logística reversa. Destacou a fala do senhor Vanderlei Niehues
169 da ABREE referente a alta participação dos Fabricantes, porém é preciso fazer uma
170 avaliação cautelosa, para que seja uma política pública e que retorne em benefícios
171 para todas as partes, pois para a indústria também é interessante, pois poderá
172 comprovar junto aos consumidores a responsabilidade socioambiental, ressaltou a
173 inclusão dos catadores e que a FECOMERCIO tem tanto interesse quanto os demais
174 nessa cadeia. Reforça o envio da nota do IPAAM para câmara técnica, para
175 manifestação por meio do documento definido com as ponderações baseadas não
176 apenas na legislação, mas nos estudos técnicos com a participação da academia.
177 Mencionou a fala do **representante da SEMULSP, Paulo Farias**, sobre a importância
178 de pensar em política pública de resíduos não apenas para Manaus, mesmo sendo a
179 maior, mas englobar os interesses do interior. Disse que as indústrias não estão
180 esquecendo esse fator e que insistiu que a política de resíduos precisa ser extensiva
181 ao estado em sua totalidade. O **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**,
182 agradeceu o posicionamento da **representante da FIEAM, Renée Veiga**, e disse que
183 são conhecimentos muito pertinentes e que entende que o CERS vai encaminhar a
184 nota do IPAAM à Câmara técnica, para manifestar as considerações técnicas a
185 respeito da implementação dessa questão da logística reversa, completou que a
186 ponderação feita pelo **representante da UEA, Ronaldo Mannarino** e por ela são
187 muito pertinentes na avaliação do ponto de vista da secretaria. Mas não há como não
188 reconhecer os vários gargalos históricos que se tem no processo, é muito difícil se
189 resolver em um mês ou com a implementação de um decreto ou uma nota. Foi feita a
190 regulamentação da política de resíduos sólidos, construiu o comitê que tem discutido
191 todas as pautas que tem chegado e isso indica que a política não está parada, ao
192 contrário como doutor Galiano mencionou muito disso na sua Gênese e pela própria



193 mobilização dos Ministérios que inclusive vem continuamente, não só exigindo, mas
194 apoiado essas discussões. **A representante do MNCR, Suelen Ramos**, falou sobre
195 a recomendação e sugeriu que seja encaminhada para a câmara técnica, pois será
196 realizado um estudo e avaliação sobre a questão em tese, continuou sua fala me
197 relação sobre a reunião com a EURECICLO, IPAAM, SEMULSP e MPF, por não ter
198 participação do MNCR e que tem dúvidas sobre a atividade da EURECICLO, elogiou
199 a nota técnica do IPAAM pois atendeu o item de gestão compartilhada e envolveu os
200 catadores. **A representante da ABREE, Mara Ballam**, concordou com o
201 encaminhamento da nota técnica para câmara técnica para as contribuições
202 necessárias, citou a experiência em São Paulo e disse que é fundamental o Estado
203 do Amazonas acertar no sentido de envolver todos os entes da cadeia de
204 responsabilidade compartilhada e destacou que o consumidor e o comerciante tem
205 responsabilidades, da mesma forma que os distribuidores de entregar ou devolver aos
206 fabricantes e importadores, de forma que se garanta a sustentabilidade. **O Presidente**
207 **do CERS, Eduardo Costa Taveira**, solicitou o registro de envio à câmara técnica a
208 responsabilidade de apresentar uma estratégia de implementação da logística
209 reversa para o estado, considerando as questões que foram colocadas na nota do
210 IPAAM, apresentar a este CERS o plano ou cronograma de implementação, para que
211 possa ser socializado com todos e com o Ministério Público. Após debate entre o
212 **representante da SEMULSP, Paulo Farias**, que pediu ao Presidente do CERS que
213 fosse formulada uma pergunta ou tarefa enviada à câmara técnica, para que fosse
214 respondido precisamente e que deveria ter cuidado para que as câmaras técnicas não
215 fossem vistas como uma espécie de consultoria, seguida pelo posicionamento da
216 **representante da FIEAM, René Veiga**, que destacou a função da câmara técnica
217 no que tange seu caráter consultivo conforme o regimento interno do CERS. Por fim
218 as conclusões do **Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, que reiterou sua
219 fala anterior dizendo que seria enviado à câmara técnica para apresentação do plano



220 de implementação da política da logística reversa condicionada ao licenciamento,
221 com objetivo de estabelecer quais os passos precisam ser implementados, e os
222 prazos envolvidos para a resposta a essa pergunta, lembrou ainda a nota do IPAAM
223 onde foi sugerido um prazo de 365 dias, que deve ser encaminhado para ser discutido
224 logo na primeira reunião da câmara técnica. Disse que não é algo que a câmara
225 técnica terá condição de fazer sozinha e que deverá ter a participação da UFAM.
226 Reforçou que entendeu a preocupação com as ponderações feitas pelo
227 **representante da SEMULSP, Paulo Farias** e reforçou que em uma câmara técnica
228 as pessoas estão diretamente envolvidas para dar coerência na discussão e posterior
229 envio à plenária, falou do cronograma de trabalho, exemplificou com o funcionamento
230 das câmaras técnicas no CEMAAM, onde há reunião para definição do critério
231 seguida da apresentação de uma resposta ao comitê a respeito das deliberações ao
232 final, acatou a fala da **representante da FIEAM, Renée Veiga. O representante da**
233 **UEA, Ronaldo Mannarino**, destacou o papel das instituições que estão na linha de
234 frente do problema como o IPAAM e SEMULSP, disse que o papel da câmara técnica
235 é de dar respostas objetivas, além de fazer uma análise do que está de fato envolvido
236 para que seja efetivo o resultado do nosso sistema de coleta seletiva e logística
237 reversa no Estado do Amazonas, com consultas aqueles que estão na linha de frente.
238 **O Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, pediu para a secretaria redigir um
239 encaminhamento com a contribuição do Dr. Paulo e da Dra. Renée à câmara técnica
240 e seguiu a pauta dando a palavra para Jessica da "Eu Reciclo. **A representante da**
241 **EURECICLO, Jéssica Doumit**, agradeceu ao secretário da SEMA, Sr. Eduardo Costa
242 Taveira e a Jaqueline Lira, pelo apoio nas apresentações e ao grupo técnico do CERS.
243 Explicou que a EURECICLO é uma marca da *New Hope Ecotech*, certificadora do
244 sistema de logística reversa do Estado de São Paulo, com operação em diversos
245 estados do país incluindo o Amazonas, transcorreu sobre a missão, processo de
246 certificação de reciclagem, criação de uma entidade gestora para representar todas



247 as questões sindicais dos responsáveis pela logística reversa a nível nacional, por fim
248 explanou sobre a compensação ambiental de embalagens com envolvimento de todos
249 os atores que fazem parte da responsabilidade compartilhada e metas do acordo
250 setorial nacional para logística reversa de embalagens em geral. **O Presidente do**
251 **CERS, Eduardo Costa Taveira**, agradeceu a fala da Jéssica Doumit e abriu para
252 questionamentos. **A representante do MNCR, Suelen Ramos, perguntou** qual o
253 valor da tonelada pago na emissão da nota fiscal, e se quem tá dentro dos programas
254 de logística reversa como o “Projeto dê as mãos para o futuro” e o “Projeto reciclar
255 pelo Brasil” podem participar do programa da EURECICLO. **A representante da**
256 **EURECICLO, Jéssica Doumit**, respondeu ao questionamento da **representante do**
257 **MNCR, Suelen Ramos**, dizendo que o “Projeto dê as mãos para o futuro” sim, por
258 serem o responsável pela certificação e fazer toda a rastreabilidade das notas fiscais
259 que passam pelo programa, mas quem trabalha com outro programa, não é possível
260 garantir a rastreabilidade. Sobre os custos citou os valores praticados em São Paulo
261 e que para o Estado do Amazonas esse valor é mais alto, devido dificuldade de chegar
262 no reciclador. Complementou sua fala dizendo que estão sempre abertos a receber
263 novos operadores inclusive cooperativas de catadores, e que a demanda cresce no
264 Amazonas por conta da fiscalização e de toda a movimentação que o Estado para
265 execução da logística reversa. **O Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**,
266 provocou a manifestação do próximo inscrito, e ressaltou sobre a extrapolação do
267 tempo de reunião pois já havia excedido do limite. **A representante da ABREE, Mara**
268 **Balaam**, solicitou à Jéssica Doumit esclarecimentos sobre a participação do varejo no
269 sistema EURECICLO, e se há algum financiamento direto dos varejistas para o
270 sistema. **A representante da EURECICLO, Jéssica Doumit**, respondeu que tem
271 diversos varejistas no sistema, mas que não são maioria, citou Fecomércio e as duas
272 formas, com Ponto de Entrega Voluntária (PEV) que disponibiliza, que podem ser
273 contabilizados como logística reversa e como operador do sistema. Prosseguiu



274 dizendo que tem cooperativas, PEVs, concessionárias, operadores privados, então o
275 varejo quando coloca o PEV, gerencia e vende, figura como operador, não apenas
276 para receber dinheiro, mas para compensar pelo material que colocou da marca dele.
277 E concluiu que a própria cadeia vai se organizando, e que o varejista vai arcar com o
278 certificado de reciclagem do que colocou no mercado e comercializou. **A**
279 **representante da ABREE, Mara Ballam**, agradeceu e disse que tem interesse em
280 entender como é o funcionamento deles, e a dificuldade da participação do varejo.
281 Disse que vem assistido vários sistemas e todos eles estão predominantemente
282 baseados no financiamento do fabricante e não do varejo. **O representante da**
283 **SEMULSP, Paulo Farias**, citou que tem plena consciência de que o leilão de notas é
284 altamente benéfico para o sistema, pois já teve situações em Manaus que o catador
285 ganhou mais pela nota do que pelo resíduo, e que o sistema EURECICLO já atua com
286 as embalagens que tem nota e mercado e mostrou-se preocupado com aquelas que
287 não tem mercado e nem nota. A segunda colocação foi sobre a **colidência** das notas,
288 preocupado com a impossibilidade de se usar a mesma nota duas vezes, o que é
289 justificável, mas depois de refletir concluiu que isso pode ser algo benéfico para os
290 catadores, pois isso traz clareza e competitividade sobre o verdadeiro valor por
291 tonelada da nota. Reforçou que no sistema não há clareza e que o leilão vai trazer
292 transparência e mecanismos de diálogo e pode ser usado como mecanismo de
293 diálogo, pois nesta modalidade os catadores terão clareza que receberão mais pela
294 nota, diferente das metodologias utilizadas pelos programas que os apoiam. Sobre o
295 último ponto, disse que gostaria de conversar com o Secretário Eduardo Taveira,
296 sobre as embalagens que não tem nota de venda por não terem mercado, esse é o
297 maior problema da prefeitura, citou o exemplo do termo de compromisso do Mato
298 Grosso do Sul sobre o rejeito das unidades operadoras, que são responsabilidade das
299 unidades operadoras, isso significa que se os catadores tiverem uma embalagem na
300 coleta seletiva que não consigam vender, essa embalagem é rejeito, ou seja a



301 prefeitura terá de buscar essa embalagem e pagar por ela novamente. Disse que
302 gostaria de conversar com a SEMMAS pois as medidas para essa tratativa se dariam
303 somente por imposição legal, e que ainda está sendo colocado no à venda um
304 polímero que não tem mercado, que o responsável terá que se explicar, trouxe o
305 exemplo das embalagens de café, vão atrás do fabricante, e que esse material não
306 poderá ser vendido no Amazonas até que o fabricante diga que resolverá a situação.
307 Disse que se pode contar com a prefeitura e que o foco será nas embalagens que não
308 tem nota. Disse que não cabe aos catadores nem à prefeitura encontrarem soluções
309 tecnológicas para as embalagens de A, B ou C, isso cabe ao fabricante da
310 embalagem, aposta na assinatura do termo de compromisso e avançar nessa
311 questão. **A representante da EURECICLO, Jéssica Doumit**, agradeceu ao Dr.
312 Paulo, pediu permissão para responder duas questões levantadas por ele e explicou
313 que trabalham com grupo de materiais e que uma evolução do sistema é a separação
314 pelo tipo de material, que o pet acaba subsidiando aqueles que colocam BOPP no
315 mercado. Disse que tanto no Estado de São Paulo como do Mato Grosso do Sul, tem
316 uma plataforma e já se tem uma adoção desse sistema para leitura de nota fiscal para
317 o estado do Mato Grosso do Sul, e que o mesmo acontece em São Paulo, prosseguiu
318 dizendo que o estado pode fazer essa checagem de **colidência**. Finalizou dizendo que
319 isso viabiliza ao órgão ambiental fazer a checagem de tudo que é recebido e verificar
320 de se há **colidência** entre o sistema, o sistema do DANFE, o sistema dos demais
321 projetos. **A representante do MNCR, Suelen Ramos**, disse incomodada com a fala
322 do Secretário Paulo Farias sobre os valores reais das notas fiscais dos projetos e
323 afirmou ter conhecimento do quanto custa e sugeriu mostrar durante a reunião,
324 ressaltou que poderia solicitar do coordenador do programa e socializar as demandas
325 visto já se encontrar na terceira fase do programa. Finalizou dizendo que poderia na
326 próxima reunião da Câmara técnica de projeto e explanar para o colegiado toda a
327 questão do Projeto dê a mão para o futuro. **O Presidente do CERS, Eduardo Costa**



328 **Taveira**, sugeriu que o ponto de pauta nº. 5 e 6 fossem colocados para próxima
329 reunião. **A representante do MNCR, Suelen Ramos**, falou da demanda a respeito
330 do município de Iranduba, disse não saber se seria a SEMA, CERS ou IPAAM
331 competente para resolver a questão, explanou sobre a dificuldade com os catadores
332 daquele município, que levaria no dia seguinte ofícios, e gostaria de manifestar sobre
333 questão do lixão pois os catadores estavam há 5 meses com as atividades paradas,
334 e que o secretário de meio ambiente daquele município autorizou que dia 10 eles
335 voltassem, contudo disse que o secretário mandou enterrar tudo e que ele proibiu a
336 entrada dos catadores, que eles receberam uma prensa do Ministério Público do
337 Trabalho, por isso alugaram um galpão para que fosse colocada a prensa, reforçou
338 sua fala afirmando não existir sistema de coleta seletiva implantada e que todo
339 material vai para no lixão. Finalizou perguntando ao colegiado o que poderia ser feito
340 a respeito, visto que os catadores estão querendo invadir pois não possuem apoio
341 financeiro. **O Presidente do CERS, Eduardo Costa Taveira**, orientou à Suelen que
342 procurasse a Jaqueline da SEMA para conversar sobre o assunto, se comprometeu
343 em ajudar e se for o caso entrar em contrato com o prefeito, os acontecimentos, que
344 ele se comprometeria a verificar a situação. Por fim, disse estar muito satisfeito e
345 agradecendo com a participação de todos, e que será feito o possível para melhorar
346 a qualidade das reuniões. **O Presidente da sessão, Eduardo Costa Taveira**,
347 agradeceu a todos pela presença e deu por encerrada a Segunda Reunião Ordinária
348 do CERS-AM. Eu, Jaqueline Gomes de Araújo Lira _____, Apoio Técnico do
349 Comitê Estadual de Resíduos Sólidos do Amazonas – CERS-AM, lavrei a presente
350 ATA, onde incorpora a lista de assinatura de todos os presentes.

351 Aprovada na 3ª Reunião Ordinária do CERS-AM, em 15 de setembro de 2020.

352 Secretaria Executiva do CERS.

353

354

